

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.944 - MG (2019/0218567-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**RECORRENTE : PEDRO ANTONIO TELES DUARTE**

**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DANIEL NASCIMENTO DUARTE (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - ES016981**

**JOÃO GUILHERME GUALBERTO TORRES (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - ES023450**

**LARISSA VIAL MARQUES DE ASSIS (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - MG189400**

**NPJ DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA CAMPUS GOVERNADOR VALADARES**

**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

**PEDRO ANTONIO TELES DUARTE** alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no 0409847-60.2019.8.13.0000, em que **foi mantida sua prisão preventiva**.

Depreende-se dos autos que o recorrente responde pela suposta prática do delito previsto no art. 121 do Código Penal, tendo sido cautelarmente segregado em 8/6/2018. Neste *writ*, assere a defesa que "[o] voto afirma que tais teses defensivas foram, na verdade, mera reiteração de pedido anteriormente julgado, todavia, não houve nenhuma reiteração por parte da defesa. Em rigor, por se tratar de medida de habeas corpus, visa, exatamente, a correção dos atos arbitrários praticados pela autoridade coatora. **Logo, não há qualquer adequação da fundamentação do voto do relator ao caso concreto, referente ao paciente Pedro Teles**" (fl. 735, destaquei).

Salienta, ainda, que "lá se vão 13 meses de investigação (mais de um ano) e ainda não se findou o procedimento investigativo. Considerando, pois, a peculiaridade de deferimento de prisões preventivas no procedimento e a existência de mandado de prisão ativo (justamente em relação a Pedro Teles) **não se perfaz razoável e proporcional tal realidade temporal**" (fl. 736, grifei).

Requer, assim, "que o presente recurso seja conhecido e provido, a fim de REFORMAR a decisão recorrida e conceder a ordem para: A) Relaxar a prisão, por excesso de prazo; B) Revogar a prisão sem a aplicação de cautelares; C) Subsidiariamente, impor cautelares diversas" (fl. 740).

**Não concedida a medida liminar** e prestadas as informações, foram os autos ao Ministério Público Federal, que pugnou "pelo parcial conhecimento e nesta parte o desprovimento do recurso ordinário" (fl. 835).

**Decido.**

Primeiramente, é imperioso destacar que a Corte de origem, ao analisar a apontada ausência de fundamentação para a imposição da prisão preventiva, asseverou que "o fundamento deste *writ* em relação às referidas teses já foi apreciado em impetração anterior - Habeas-Corpus de nº 1.0000.18.1233362/000 - julgado na sessão do dia 27 de Novembro de 2018, oportunidade em que a ordem foi denegada. **Apresentando-se portanto a alegação acima mera reiteração de pedido anteriormente julgado, impossível se torna o conhecimento deste *mandamus***" (fl. 219, destaquei).

Dessa forma, verifica-se a questão foi não examinada pelo Tribunal *a quo*, o que impede a apreciação da questão diretamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de, assim o fazendo, incidir em indevida supressão de instância. Confira-se:

[...]

2. A alegação concernente à negativa de autoria não foi objeto de exame no acórdão recorrido, o que obsta o seu exame por este Tribunal Superior, sob pena de supressão de instância. Precedentes [...] (HC 498.524/SP, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 3/6/2019).

Já em relação ao suposto excesso de prazo, salientou o Tribunal local que:

[o] excesso de prazo não resulta de mera soma aritmética pois se deve observar o princípio da razoabilidade que a lei empresta aos atos judiciais de uma forma em geral.

[...]

Este se adequa ao juízo mínimo de razoabilidade,

considerando-se as circunstâncias de cada caso mesmo porque o prazo para a instrução criminal não possui fatalidade absoluta tampouco é improrrogável.

[...]

Este se adequa ao juízo mínimo de razoabilidade, considerando-se as circunstâncias de cada caso mesmo porque o prazo para a instrução criminal não possui fatalidade absoluta tampouco é improrrogável.

[...]

**Lado outro, verifica-se que não houve qualquer desídia do juízo na condução do processo, o qual não se encerrou, até o momento, diante das peculiaridades nele existentes, eis que o processo envolve quatro réus, apurando a prática de delito complexo.**

**Ademais, houve a necessidade de realização de algumas diligências, eis que o paciente se encontra foragido desde a decretação de sua prisão preventiva.**

[...]

**Logo, razão não assiste à impetração quanto ao alegado excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial, sob pena de ser o paciente beneficiado pela própria torpeza.**

Assim, a custódia cautelar é medida que se impõe no presente momento para a garantia da aplicação da lei penal e da ordem pública.

[...]

**Além disso, conforme ressaltado pelo Magistrado Primevo, a sentença de pronúncia já foi prolatada, não havendo qualquer inércia ou desleixo por parte do judiciário [...]** (fl. 701-705, grifei).

Consoante o entendimento desta Corte Superior de Justiça, "a verificação da ocorrência de excesso de prazo deve ser realizada de acordo com as peculiaridades de cada caso, sempre observado o princípio da razoabilidade" (HC n. 525.685/PB, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 10/3/2020).

No mesmo sentido:

[...]

2. Esta Corte Superior tem o entendimento de que, somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, **a mora que decorra de ofensa ao**

**princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação**, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais [...] (HC n. 533.840/ES, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 19/12/2019, grifei).

Todavia, na hipótese, como bem explicitado pela Corte de origem, a conjuntura do caso concreto não permitiu ainda o encerramento do feito, dado que se trata de prática delitiva complexa, a qual envolve quatro réus, **estando o paciente foragido desde a decretação de sua prisão preventiva**, além do fato de já haver sido proferida decisão de pronúncia, a atrair, portanto, a incidência do enunciado da Súmula n. 21 do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual, "[p]ronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução".

Ilustrativamente:

[...]

4. Nesse contexto, **tendo a instrução processual da primeira fase do Júri sido encerrada e os pacientes pronunciados, incide na hipótese o disposto na Súmula 21 desta Corte Superior** que assim dispõe: "pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução." [...] (HC n. 533.340/PR, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 19/12/2019, sublinhei).

[...]

2. Na espécie, a despeito de o paciente estar custodiado há cerca de 3 anos, **trata-se de ação penal que apura a prática de dois crimes, quais sejam, homicídio qualificado e corrupção de menor, e já foi prolatada decisão de pronúncia - o que atrai, inclusive, a incidência do enunciado 21 da Súmula desta Casa - e**, ao que tudo indica, o feito aguarda apenas a designação de data para a realização do julgamento perante o Tribunal do Júri [...] (HC n. 485.511/ES, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 19/12/2019, destaquei).

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, c/c o

# *Superior Tribunal de Justiça*

art. 246, ambos do RISTJ, **nego provimento** ao recurso em habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**